



Publicada



2022

## Educação de Jovens Adultos: uma reflexão histórica e as contribuições de Paulo Freire

AZEVEDO, Daniel de Azevedo<sup>1</sup> – dazevedu81@gmail.com

### RESUMO

---

*A Educação de Jovens e Adultos é um ensino para aqueles que não frequentaram a escola regular, no tempo adequado por algum motivo. Entendendo a importância de discutir esse tema o presente estudo buscou investigar as contribuições de Paulo Freire para a EJA no Brasil por meio da pesquisa bibliográfica. A qual enriqueceu esse artigo com informações importantes da história da educação de jovens e adultos no Brasil, dentro dessa modalidade de ensino no processo de aprendizagem influenciada pela teoria de Paulo Freire que foi um dos mais importantes teóricos da educação no Brasil. Dentre as várias contribuições desse educador evidenciamos a desconstrução do ensino tradicional onde o professor é um transmissor de conhecimentos, a necessidade da prática pedagógica que promove a autonomia dos sujeitos e ainda que é preciso estabelecer uma relação dialógica entre educando e educador criando possibilidades de aprendizagem a fim de que o ensino possa promover a emancipação cognitiva dos sujeitos.*

**Palavras chave:** EJA; Paulo Freire; Educação no Brasil

---

<sup>1</sup>Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP; Especialista em Gestão e Pessoas e Coaching pela Faculdade Araguaia e Acadêmico em Formação de Professor em Didática e Gestão Educacional pelo Instituto de Pós-Graduação - IPOG

## 1. INTRODUÇÃO

---

Ao longo do processo histórico da educação no Brasil esta foi sempre apresentada como caminho para a prosperidade e sucesso, por aqueles que atingirem os mais altos níveis educacionais ou ainda por aqueles que nascem com o nome da família em destaque na sociedade.

A alfabetização de Adultos no Brasil é uma demanda dramática, porque adultos que não sabem ler e escrever foi porque não conseguiram fazê-la na escola em tempo hábil, trazendo atravessados na garganta experiências frustrantes por não terem conseguido dominar a palavra escrita. Dessa forma, oportunizar aos cidadãos acesso às tecnologias e suas linguagens, poderá favorecer as suas interações diárias no trabalho e no meio social onde vivem.

Os adultos analfabetos vêm a educação como um processo de desenvolvimento da competência no

seu potencial para lidar com as coisas do dia a dia, pois retornam à escola, pressionados pelos problemas do cotidiano. Alguns são adolescentes com histórias de fracassos escolares como a repetência, a evasão e exclusão pela sua condição social.

Existem também aqueles que são frutos da inclusão tardia na escola muitas vezes pela necessidade de iniciar o trabalho precocemente; outros, pela exigência da qualidade no mercado de trabalho, buscando melhores oportunidades e/ou a garantia da permanência no emprego, num mundo onde existem milhões de desempregados e “[...] as necessidades de escolarização cada vez maiores para a satisfação do mercado” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 12). Atualmente, quando pensamos no EJA exige uma discussão mais ampla no à sua verdadeira função, que segundo PAIVA (1973) é:

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. (PAIVA, 1973, p.16)

A Educação de Jovens e Adultos tem uma trajetória histórica de ações descontínuas, marcada por uma diversidade de programas, muitas vezes não caracterizada como escolarização. Com a aprovação da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, parecer

nº 11/2000, a EJA é caracterizada como modalidade da educação básica correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. Esses documentos trouxeram alterações e ampliações conceituais produzidas desde o final da década de

1980, ao usar o termo Educação de Jovens e Adultos para assinalar as ações anteriormente conhecidas como Ensino Supletivo.

No Parecer do Conselho Nacional de Educação (2000), a EJA expressa também a concepção de resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, quando se preservou tangivelmente uma educação que fortaleceu a desigualdade social.

A heterogeneidade peculiar a esta modalidade de ensino faz com que o espaço do diverso seja repleto de riqueza social e cultural. Há aspectos que fazem desses estudantes seres ímpares que, por meio de suas histórias de vida, de suas memórias e representações, preenchem o cotidiano da Educação de Jovens e Adultos e, por sua vez, precisam ser preenchidos por “escolas” e outros espaços que entendam as suas particularidades.

O adulto, ao ser considerado como um sujeito em constante transformação e, portanto, inacabado, precisa ter assegurado o direito público subjetivo à educação, a partir de uma perspectiva que lhe possibilite a

## 2. Ensino Aprendizagem de Jovens e Adultos

O debate acerca das características e da função social da EJA no país, destacou-se mediante as publicações de Paulo Freire que defendia a educação como uma via de conscientização para a transformação. Nesse contexto as contribuições de

educação com uma condição que se efetive ao longo de toda a vida.

Este trabalho tem como objetivo geral: compreender como acontece o processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. E mais especificamente se pretende:

- a) Descrever como acontece o processo de alfabetização de jovens e adultos com base em Paulo Freire;
- b) Analisar os métodos e práticas utilizadas por Paulo Freire.

O educador deve estar embasado teoricamente para apontar métodos que despertem no jovem e no adulto a conscientização, a criatividade e o interesse em querer saber sempre mais. Para isso, é necessário que o material didático utilizado pelo educador seja construído a partir de debates entre ele e os alunos com o objetivo de fazer um levantamento dos conhecimentos dos alunos, até mesmo do vocabulário que faz parte do universo de comunicação destes alunos.

Freire são observadas, sobretudo na alfabetização, esta que deveria resultar de uma intervenção pedagógica, intencional, política e comprometida com o conhecimento prévio do educando. Desta forma o processo de ensino aprendizagem no EJA passa pela didática do educador que, tem o papel do educador não deveria ser o de desconsiderar os conhecimentos

prévios do educando, pelo contrário, deveria ter sua prática pedagógica organizada no sentido de reconhecer primeiro o contexto do qual o educando é originário.

A Declaração de Hamburgo resultado da CONFINTEA (Conferência Internacional para a Educação de Adultos - 1997) enfatiza que:

“A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça”.

A Andragogia, termo adotado por Knowles como “a arte e ciência de ajudar adultos a aprenderem” (2009, p.66), se constitui como um processo permanente de investigações e de contínuas aprendizagens, considerando o adulto como uma pessoa autocondutora da própria vida, que necessita ser tratado com respeito e encarado como capaz de conduzir seu próprio futuro.

Para nosso apoio, as considerações de Oliveira, são pertinentes, uma vez que observam as condições histórico-teóricas que subsidiaram a Andragogia, apesar de tratá-la como sendo no Brasil ainda uma ciência emergente. “Seus princípios são vitais para a efetividade organizacional, uma vez que a força gerencial e operacional de qualquer organização é composta de pessoas adultas”, integradas na atividade produtiva e participante de um processo educacional próprio. “Conhecendo-se as

bases do relacionamento educacional é possível obter-se uma grande energia produtiva para os projetos de transformação organizacional e social” (OLIVEIRA, 1999, p. 10).

O esforço em concatenar ações educativas direcionadas ao jovem e adultos trabalhadores é importante, na medida em que se constitui relevante que consideremos os aspectos organizacionais da estrutura curricular da EJA e do processo de planejamento educacional em suas partes constitutivas: Objetivos, Conteúdos, Metodologias e Avaliação, a partir da influência da Andragogia, dessa forma, Freire entende que “toda prática educativa tem como objetivo ir além de onde se está” (FREIRE, 2007, p.20)

Inserido no descrito acima as Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA (DCEs) enfatizam a função social dessa modalidade de ensino, e de acordo com a DCE-EJA (2000):

A partir das reflexões durante o processo de elaboração das DCE para a Educação de Jovens e Adultos, identificaram-se os eixos cultura, trabalho e tempo como os que deverão articular toda a ação pedagógico-curricular nas escolas. Tais eixos foram definidos tendo em vista a concepção de currículo como um processo de seleção de cultura, bem como pela necessidade de atender o perfil do educando da EJA. (DCE/EJA, 2000, p.37).

Desta forma as DCEs do EJA em sua versão preliminar destacam como

ponto principal entendimento sobre o perfil de seus educandos:

Compreender o perfil do educando da EJA requer conhecer a sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento afastouse da escola devido a fatores sociais econômicos políticos e ou culturais. (DCEs, 2000, p 33)

Para refletir sobre estes e outros aspectos específicos da EJA elencamos como pergunta de pesquisa: Quais são as contribuições de Paulo Freire para a EJA no Brasil? Para buscar respostas a essa questão utilizamos a abordagem qualitativa com a pesquisa bibliográfica em publicações brasileiras na área da educação organizamos os dados obtidos em subtítulos onde primeiro traçamos a identidade dos sujeitos que fazem parte dessa modalidade de educação depois buscamos a trajetória histórica da EJA no Brasil e por fim as

contribuições de Paulo Freire para essa modalidade de ensino.

### 3. Identidade dos Sujeitos da EJA

A educação de jovens e adultos (EJA) é complexa, indo além de ensinar a ler e escrever, nesse contexto o perfil desses alunos em sua maioria são trabalhadores e não trabalhadores em busca de melhores condições de vida que buscam vencer as barreiras da exclusão provocadas por um sistema educacional **excludente**.

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não sentirem-se atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras. (PEDROSO, 2010).

Ao discorrer sobre os sujeitos da EJA, podemos fazê-lo a partir de diferentes pontos de análise. Podemos nos ater às questões legais, aos aspectos cognoscitivos, aos geracionais, às condições de classe social, de gênero,

de raça/etnia, de origem (urbana ou do campo), aos contextos históricos, sociais, culturais, econômicos ou políticos em que se inserem os sujeitos estudantes da EJA e suas trajetórias de vida, pensando as especificidades e a

diversidade destes sujeitos.

A LDB N. 9394/96, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, expressa em seu artigo

37 um primeiro demarcador para situar quem seriam os sujeitos que compõem as classes de EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento de para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996).

Entendemos que o fato de não ter concluído a escolaridade obrigatória em idade própria se torna uma condição de identificação desse público. Outros elementos que aparecem no mesmo artigo indicam especificidades

dos sujeitos da EJA, como por exemplo, a necessidade de garantir condições de escolarização apropriadas frente às demandas do mundo do trabalho aos quais os estudantes se vinculam. Para SANTOS:

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do nãoaprender. A não-aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico). (SANTOS, 2003, p. 74)

A esse respeito, faz-se necessária uma breve problematização sobre a expressão idade própria, presente na legislação brasileira para se referir a uma característica do público da EJA. Segundo Di Pierro (2008, p. 1118), ela sinaliza os resquícios da concepção compensatória de educação de jovens e adultos que “[...] inspirou o ensino supletivo, visto como

instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência”. Em concordância com a autora, o paradigma em questão precisa de análise crítica uma vez que não há na literatura científica fundamentos que sustentem a tese da existência de uma idade apropriada para aprender.

Ainda segundo Di Pierro (2008,

p. 1120): “[...] a educação capaz de responder a esse desafio não é aquela voltada para as carências e o passado [...], mas aquela que, reconhecendo nos jovens e adultos sujeitos plenos de direito e de cultura, perguntando quais são suas necessidades de aprendizagem no presente, para que possam transformá-lo coletivamente”.

Partindo desse pressuposto, entendemos que o contexto histórico da Educação de Jovens e EJA que fazem

#### 4. Trajetoria da EJA no Brasil

Observa-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, existe desde o período considerado colonial, em que se referia à educação aos adultos que deviam ser catequizados, nesse sentido os jesuítas acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever, ou seja observou-se a necessidade e a importância da alfabetização – catequização – na vida dos povos que aqui habitavam, pois entendia que as pessoas “não-infantis” não só servissem a Igreja Católica – uma das instituições-mor da época –, como também para o trabalho (SOUZA, 2007).

Os Jesuítas, hora catequizadores, ora alfabetizadores dedicaram-se a duas ideias primordiais oriundas da religião: a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Desta forma por meio de seu trabalho de catequizar, abriram as portas para a entrada dos culturalmente chamados de colonizadores, aliando o processo de

a reflexão sobre a co-relação existente entre “os instrumentos adultos brasileiros segue como sempre seguiu o desenvolvimento da educação e seu inter-relacionamento com a economia e a política (SILVA, 2004)”. Dessa maneira se torna importante que se faça a análise dos acontecimentos ocorridos no processo histórico da educação em busca do entender fatos da história educacional.

educar a medida que ensinavam os primeiros processos de letramento, ensinavam também através da catequização a doutrina católica e os costumes e modos europeus. Nesse sentido, pode-se analisar que a Educação de Jovens e Adultos não é um processo recente no Brasil, pois pode ser verificada através desse relato histórico que desde o Brasil/Colônia se fazia inerente ao processo de colonização. Quando se falava em educação para a população “não-infantil”, faz-se referência à população adulta, que precisava ser catequizada para as causas da Igreja Católica (SOARES, 1996).

Ainda de acordo com Soares (1996), a primeira ideia de educação de adultos no Brasil deu-se no período através das escolas de ordenação criadas pelo Padre Manuel de Nóbrega, fase essa que durou até o período chamado “pombalino”. Nesse período os jesuítas foram expulsos, levando consigo a educação pelo interesse na fé e deixando as reformas do Marquês de

Pombal, que organizavam a educação pelos interesses do Estado e com essa expulsão, desorganizou-se o ensino até então estabelecido; com isso veio a responsabilidade do Estado de legislar sobre o ensino no Brasil.

Com isso chegamos na época do império e novas ações sobre a educação de adultos ocorrem no país com por exemplo, abertura de escolas noturnas para ensino de adultos, porém através de relatos históricos podemos perceber que estas tinham baixa qualidade de ensino, e os cursos, normalmente, eram de curta duração.

Educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p.15).

Dentro desse contexto, Paulo Freire (apud SOARES, 1996) o processo educacional de adultos como uma educação popular e os educadores precisam ter em mente que não é possível educar pensando unicamente nos procedimentos didáticos, e que deve se pensar no cotidiano em que cada educando está inserido e a valorização de suas vivências sociais.

A sociedade nesse período histórico passava por grandes transformações, e a oferta de ensino era gratuita, estendendo-se e acolhendo setores sociais cada vez mais diversos, nesse contexto o crescimento da educação foi estimulado pelo governo da época, projetando diretrizes educacionais que atendesse a todos no país. Em 1940 passou a ser um período

Em 1824 com a Constituição Imperial reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, porém, essa titularidade de cidadania era restrita às pessoas livres oriundas das elites e que viriam a ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções da política (SOARES, 1996), todavia, é só a partir da década de 1930 que a educação básica de adultos começou a demarcar melhor seu lugar na história da educação no Brasil.

Podemos dizer que nesse período a,

de muitas transformações na educação de adultos, pois nesse período ocorreu iniciativas e novos formatos de políticas e pedagógicas, fazendo com que ocorresse uma preocupação com a elaboração e reestruturação de materiais didáticos para adultos (SOARES, 1996).

Ainda na década de 40, segundo Soares (1996), com o fim da ditadura de Vargas, o país começou a viver uma grande revolução no campo da política, e a sociedade passou por momentos de grandes crises, com por exemplo críticas quanto aos adultos analfabetos, assim, emperraram o desenvolvimento do país. Passou-se a buscar uma educação para todos a fim de que o desenvolvimento se tornasse possível, o que fez com que a educação de adultos



ganhasse destaque na sociedade.

Nos anos de 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), iniciando uma nova fase nas questões relacionadas à educação de adultos no início dos anos 1960, o educador Paulo Freire emerge no cenário nacional com uma proposta de alfabetização conscientizadora, que fosse um instrumento de libertação das classes oprimidas.

Em 1963, Paulo Freire apresenta o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que propunha um movimento de alfabetização que considerasse o contexto da cada comunidade, porém João Goulart, até então presidente do Brasil, sofre um golpe político e Freire, por conta de suas ideias consideradas subversivas pelo novo governo, é exilado.

Diante do grave problema do analfabetismo no Brasil o governo aqui instalado lançou MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – em 1967 que resistiu durante toda a atuação dos militares, sendo extinto com o fim da ditadura, vindo, em seguida, a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.

Já na década de 90, surgiu no cenário da EJA nacional o Programa

Alfabetização Solidária, iniciativa que busca parcerias com pessoas físicas e jurídicas que na época foi criticado pelos estudiosos da educação, pois no entender desses estudiosos esse Programa passava a responsabilidade do público para o privado. Mais em 2003 no governo Lula, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo, e para essa ação foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era erradicar o analfabetismo e para cumprir essa meta foi lançado o programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuiria com os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações pró-alfabetização (SOARES, 1996).

É importante dizer que as iniciativas governamentais sempre olharam de cima para baixo, não considerando os sujeitos da educação, e esse pensamento é realmente estereotipado em pleno século XXI, não exista um método pronto para a EJA. Nesse sentido GADOTTI; ROMÃO, 2005 afirma que:

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, a sua “leitura de mundo”, dá o suporte para o desenvolvimento da oralidade, base da aprendizagem da leitura e da escrita. É preciso dar voz aos jovens e adultos, resgatar suas histórias, seus “causos”, fazê-los interagir com os textos, levantando hipóteses, validando-as ou não, mesmo que a leitura inicial seja realizada pela voz do alfabetizador. É nessa interação entre os seus conhecimentos prévios e os conhecimentos presentes nos textos que os alfabetizados vão construindo os seus possíveis sentidos (GADOTTI;

ROMÃO, 2005, p. 85).

Nesse contexto, a formação continuada se torna ainda mais importante, pois irá trabalhar no professor sua importante posição em relação ao outro, humanizando os

processos educacionais no Brasil através do respeito às diferenças, do trabalhados sentimentos, juntamente com o conteúdo didático.

Por isso também o próprio método de alfabetização que Paulo Freire pensou funciona de tal sorte que realiza, dentro do círculo de cultura, prática do diálogo que o sonho do educador imagina um dia poder existir no círculo de cultura, entre os homens, aí sim, plenamente educadores e educandos de todas as coisas. Daí surge a própria ideia de conscientização, tão nuclear em Paulo Freire. Ela é um processo de transformação do modo de pensar. É o resultado nunca terminado do trabalho coletivo, através da prática política humanamente refletida da produção pessoal de uma nova lógica e de uma nova compreensão de mundo: crítica, criativa e comprometida [...] (BRANDÃO, 2006, p. 108- 109).

Em síntese, hoje, em nossas escolas públicas não temos em grande maioria profissionais com formação específica em EJA, políticas públicas eficientes capaz de transformar o pesar pedagógico desses educadores e não

podemos dispensar os que já têm suas garantias por aprovação em concursos públicos, além da falta de incentivos públicos para uma transformação nas políticas educacionais para o EJA.

## 5. Contribuições de Paulo Freire para a EJA

Paulo Freire nasceu em 1921 em Recife, numa família de classe média. Com o agravamento da crise econômica mundial iniciada em 1929 e a morte de seu pai, quando tinha 13 anos, Freire passou a enfrentar dificuldades econômicas. Formou-se em direito, mas não seguiu carreira, encaminhando a vida profissional para o magistério. É reconhecido internacionalmente como um dos maiores educadores do Século XX. Suas ideias pedagógicas se formaram da observação da cultura dos alunos - em particular o uso da

linguagem - e do papel elitista da escola. Em 1963, em Angicos (RN), chefiou um programa que alfabetizou 300 pessoas em um mês.

Segundo Paiva (1983), no governo de João Goulart nesse mesmo período em Brasília foi criada a Comissão Nacional de alfabetização com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Alfabetização - PNA o qual foi coordenado por Paulo Freire. Esse sistema se estenderia à todo o país, com o propósito de beneficiar as escolas e o maior número de educandos. Todavia Freire foi surpreendido ditadura militar, passou 70 dias na prisão antes de se exilar.

Paulo Freire exilou-se por 16 anos, durante o período da ditadura militar no Brasil, trabalhando em diversos países do mundo, para a transformação de contextos sociais opressivos e a favor da autonomia e emancipação dos excluídos. Em 1968, no Chile, escreveu seu livro mais conhecido, *Pedagogia do Oprimido*. Também deu aulas nos Estados Unidos e na Suíça e organizou planos de alfabetização em países africanos. Com a anistia, em 1979, voltou ao Brasil, integrando-se à vida universitária. Freire foi convidado pelo então arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, para ser professor da Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo (PUC-SP), cargo que ocupou até a sua morte em 1997.

Entre 1989-1991, Freire foi Secretário Municipal da Educação, na cidade de São Paulo, na qual colocou em prática políticas para uma educação pública, popular e democrática, com qualidade social, para todos e todas – adultos, jovens e crianças.

A obra de Paulo Freire é referência obrigatória para educadores que se dedicam à investigação e criação de pedagogias críticas que tenham compromisso com a humanização, com a liberdade e com a justiça social. No Brasil, pensar em Educação de Jovens e Adultos é pensar em Paulo Freire.

Paulo Freire reflete no sentido do homem como:

“... um ser de relações “temporalizado e situado”, ontologicamente inacabado – sujeito por vocação, objeto por distorção -, descobre que não só está na realidade, mas também que estão com ela (...) o homem e somente o homem é capaz de transcender, de discernir, de separar órbitas existentes diferentes, de distinguir o “ser” do “não ser”; de travar relações incorpóreas. Na capacidade de discernir estará a raiz da consciência de sua temporalidade, obtida precisamente quando atravessando o tempo, de certa forma até então unidimensional, alcança o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã” (FREIRE, 1983, p. 62).

Há décadas que se buscam métodos e práticas adequadas ao aprendizado de

jovens e adultos, como por exemplo, Freire, (1979, p. 72) comenta que:

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procura mos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador. (Freire, 1979, p. 72)

A educação freiriana está voltada para a conscientização de vencer primeiro o analfabetismo político para concomitantemente ler o seu mundo a partir da sua experiência, de sua

cultura, de sua história. Perceber-se como oprimido e libertar-se dessa condição é a premissa que Freire (1987, p. 31) defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (Freire, 1987, p. 31)

Embora Freire seja conhecido como sendo o criador de um ‘método de alfabetização de adultos’, marcado pela conscientização como possibilidade de superação de situações de opressão, a

sua obra tem contribuições importantes que se estendem para todas as modalidades de educação. De acordo com Antônio Nóvoa:

A vida e a obra de Freire estão inscritas no imaginário pedagógico do século XX, constituindo uma referência obrigatória para várias gerações de educadores. (...) As propostas por ele lançadas foram sendo apropriadas por grupos distintos, que as relocalizaram em vários contextos sociais e políticos. (...) A partir de uma concepção educativa própria, que cruza a teoria social, o compromisso moral e a participação política, Paulo Freire é, ele próprio, um patrimônio incontornável da reflexão pedagógica atual. A sua obra funciona com uma espécie de consciência crítica, que nos põe em guarda contra a despolitização do pensamento educativo e da reflexão pedagógica. (NÓVOA, 1998, p. 167-187)

Paulo Freire defendia, um ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutem o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada

implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1987, p. 120). Para Freire (1991, p. 126), a alfabetização de adultos deve ocorrer nas

[...] relações entre sujeitos, não podem ser de dominação. Agora, diante desta, o grupo é motivado á análise do diálogo. Do encontro entre consciências. Motivado á análise da mediação do mundo nesta comunicação. Do mundo transformado e humanizado pelo homem. Motivado á análise do fundamento amoroso, humilde, esperançoso, crítico e criador do diálogo. (FREIRE, 1991, p. 126)

Ele contrariava assim o método de ensino tradicional, onde o professor é o “dono do saber”, autoritário. A metodologia de Paulo Freire é baseada

na relação mútua, na troca de experiências, nesse processo, não só o aluno aprende, mas o professor também aprende com o seu aluno, o

homem tem necessidade de se relacionar, o que permite com que ele reconheça sua importância no mundo.

Segundo Freire (apud SOARES 2007, p. 119), a educação de adultos:

É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre a própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. [...] Sobre o seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. [...] o trabalho da alfabetização, [...] como uma força de transformação do mundo. (FREIRE apud SOARES, 2007, p. 119)

Paulo Freire ofereceu a possibilidade de alfabetizar com aquilo que nos rodeia, a escola precisa ensinar o aluno a “ler o mundo “. Paulo Freire relata que uma pessoa que vive no Nordeste não poderia ser alfabetizada com as frases prontas de cartilhas: EVA VIU A UVA. O método freiriano partia do pressuposto de que os educandos são sujeitos ativos no processo educativo,

uma vez que são seres históricos com amplas possibilidades de criar e recriar a sua própria cultura; aliás, é possível afirmar que a aplicação do método se iniciava exatamente com uma discussão, visando a conscientização do analfabeto através do conceito de cultura. A pedagogia revolucionária de Paulo Freire, era assim definida pelo mestre:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se nas práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p. 44).

O educador Paulo Freire concebeu uma epistemologia inovadora da educação em termos mundiais e foi reconhecido como o Patrono da Educação Brasileira em 2012 (Lei n o 12.612, de 13 de abril de 2012)<sup>1</sup> . A proposta de Paulo Freire da educação da libertação (ou educação problematizadora) se baseia na indissociabilidade dos contextos e das histórias de vida na formação de sujeitos, que ocorre por meio do diálogo e da relação entre alunos e professores. Como resultado de suas ideias, em seu livro *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*, o autor Paulo Freire

apresenta a aplicação prática de sua proposta em cinco fases expostas a seguir.

- Primeira fase – a descoberta do universo vocabular dos educandos com os quais se trabalhará. Essa fase é um momento importante de pesquisa e reconhecimento do grupo.
- Segunda fase – seleção de palavras dentro do universo vocabular pesquisado. Esta escolha deve ser feita segundo Freire (1980) sob os critérios da

riqueza fonética, das dificuldades fonéticas, colocando-se na ordem de dificuldade crescente e do conteúdo prático da palavra, buscando o maior comprometimento possível da palavra com a realidade de fato.

- Terceira fase – criação de situações existenciais próprias do grupo a trabalhar. São situações desafiadoras, problematizadoras e cheias de elementos que serão decodificados pelo grupo com a intervenção do educador. “[...]”

Freire enfatiza que ambos, professores e alunos, são transformados no processo da ação educativa e aprendem ao mesmo tempo em que ensinam, sendo que o reconhecimento dos contextos e histórias de vida neste diálogo se desdobra em ação emancipadora. A educação problematizada busca estimular a consciência crítica da realidade e a postura ativa de alunos e professores no processo ensino-aprendizagem, de forma que não haja uma negação ou desvalorização do mundo que os influencia.

Sendo assim, a educação é encarada como um ato político, e as relações estabelecidas entre alunos e professores devem ser embasadas em interações de respeito entre sujeitos e cidadãos, de modo a construir conhecimento crítico e centrado na busca pela autonomia. No entanto,

São situações locais que abrem perspectivas para a análise de problemas nacionais e regionais [...]”. (FREIRE, 1980, p.44).

- Quarta fase – pressupõe a elaboração de fichas que ajudam os educadores no desenvolvimento do seu trabalho. São fichas que deverão apenas dar apoio, sem uma regra rígida a cumprir.
- Quinta fase – consiste na elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonéticas condizentes as palavras geradoras.

Freire ressalta que: “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém” (p.67), uma vez que a autonomia é sempre resultado de um esforço individual que gera o próprio amadurecimento e se constrói nas relações entre seres humanos e, somente nestas interações, ela se consolida.

A ideia de que o professor deve transmitir conhecimentos ao aluno e que este deve memorizá-los, internalizá-los e repeti-los mecanicamente é denominada “concepção bancária” da educação, segundo Freire. A concepção bancária parte do pressuposto de que o professor é detentor de conhecimentos legítimos e que o aluno é um mero receptáculo de informações. Neste tipo de relação, existe uma desigualdade importante quanto ao poder e à autonomia, pois o professor é o sujeito

da ação, ele ensina e toma o aluno como um objeto, passivo, receptivo e ingênuo. Além disso, o contexto é desvalorizado, a história de vida dos indivíduos é secundária, e a ação educativa é uma forma de opressão e subjugação.

Em busca da autonomia na educação, Freire preconiza a estratégia da ação-reflexão-ação, utilizando como ferramentas o estímulo à curiosidade, à postura ativa e à experimentação do aluno, fomentando a análise crítica da realidade durante a formação. Na concepção freireana, o professor deve atuar de forma problematizadora, questionadora, mas com postura respeitosa e gentil, desestimulando qualquer forma de discriminação e respeitando a diversidade entre os alunos.

Para Freire, ensinar é uma

especificidade humana e ele prioriza a necessidade de o professor saber escutar o educando, sendo o diálogo a sua principal ferramenta de ensino. Paulo Freire reitera a importância da escuta na relação com os alunos, pois a disponibilidade para o diálogo com os alunos pressupõe a segurança do professor quanto à necessidade do respeito ao outro, aos seus valores, a sua história e, ainda, quanto à construção inacabada de seu próprio conhecimento.

Além disso, a dialogicidade é a base da pedagogia problematizadora ou pedagogia da libertação, segundo Freire. Por isso, foi considerado que docentes que reconhecem a perspectiva dialógica do ensino apresentavam uma visão mais avançada do processo ensino-aprendizagem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Este artigo teve por finalidade obter maior compreensão sobre as contribuições de Paulo Freire para educação brasileira e em especial para a EJA. Através desse estudo relatamos a importância da educação para garantir o acesso e a permanência de jovens e adultos na escola, levando em consideração que, embora a EJA atenda a muitos jovens que não trabalham, grande parte de seu público são trabalhadores, que chegam à escola já com uma carga de experiências de vida que precisa ser levada em conta.

Nesta pesquisa bibliográfica compreendemos que o processo de formação docente para a EJA, bem como suas conquistas e dificuldades, ainda se apresenta como desafiadores. Percebemos também que na trajetória dessa modalidade de educação no Brasil está enraizada a concepções herdadas de um período colonial. A manipulação das massas pelas elites dominantes e restrições de acesso ao ensino de qualidade fizeram e fazem com que a educação ainda seja instrumento importante para manutenção do poder

e para difusão dos valores da classe dominante ao longo da história.

E para responder nossa pergunta de pesquisa elencamos algumas de várias contribuições de Paulo Freire para a EJA no Brasil como: a desconstrução da concepção que ser bom professor é transmitir conhecimentos ao aluno e que este deve memorizá-los, internalizá-los e repeti-los mecanicamente é denominada o que ele denominou “concepção bancária” da educação, a perspectiva da educação libertadora que busca a autonomia dos sujeitos por meio da educação bem como a perspectiva dialógica do ensino apresentando uma visão mais avançada do processo ensino-aprendizagem.

Falar em Alfabetização de Jovens e Adultos é algo primordial para

a formação de professores. E o Método Paulo Freire traz os princípios norteadores da formação de um sujeito, são eles: autonomia, conscientização, transformação e emancipação.

Por fim, concluímos que a EJA continua sendo uma modalidade desprestigiada no cenário das políticas públicas, já que os resultados das pesquisas indicaram incongruências relacionadas à educação de jovens e adultos. O cenário educacional da modalidade evidencia carências que vão desde a concepção de ensino e aprendizagem de jovens e adultos como mera formalidade para obtenção de diploma até a caracterização da modalidade como opção profissional secundária.

## 7 REFERÊNCIAS

---

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos**. In: Leôncio (org.) *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BEISEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BISPO, JSG. **Modelagem Matemática: um método possível para a Educação de Jovens e Adultos** Anais do XII Ebrapem, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11/2000**. Brasília, 2000

DI PIERRO, M. C.; V, C. L.; A, E. R. **Alfabetização**



de **Jovens e Adultos: Lições da Prática**. Brasília: Unesco, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, Vozes, 2000

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para A Liberdade e outros escritos**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

----- **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

----- **Educação na Cidade**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

----- **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 18 Edição Nº. 3, Vol. 1, jan./dez. 2013.

----- **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

----- **Educação e Mudança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

----- **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

----- **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

----- **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

----- **Educação como prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução

de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Formação de pessoas adultas – A última experiência de Paulo Freire**, 2005. Disponível em [http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/Formacao\\_pessoas\\_adultas](http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/Formacao_pessoas_adultas). Acessado em 21 jun. 2021.

GALVÃO, A. M.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o Analfabeto**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013 (Coleção Preconceitos, vol. 2).

HADDAD, S. (coord.). **Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo de Ações do Poder Público em Cidades de Regiões Metropolitanas Brasileiras**. São Paulo, Global, Ação Educativa, Fapesp, 2007.

LOPES, E. M. T (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MELLO, R. R.; BRAGA, F. M.; G, V. **Comunidades de Aprendizagem: Outra Escola é Possível**. São Carlos, EdUfscar, 2012.

NÓVOA, António. Paulo Freire (1921-1997): **A "Inteireza" de um Pedagogo Utópico**. In: APPLE, M.; NÓVOA, A. Paulo Freire: política e pedagogia. Porto: Porto Editora, 1998, p. 167-187.

OLIVEIRA, MARTA KOHL DE. **Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, set. /Dez.1999, n. 12, p. 59-73.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades**

**encontradas no processo de educação de jovens e adultos.** In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010. Disponível em: . Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

PEREIRA, J. E. D.; FONSECA, M. C. F. R. **Identidade Docente e Formação de Educadores de Jovens e Adultos.** Porto Alegre, Educação & Realidade, vol. 6, n. 2, p. 51-73, jul./dez. 2001

SALDANHA, Leila. **Histórico da EJA no Brasil.** Disponível em:[http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_14328/artigo\\_sobre\\_hist%C3%93rico\\_da\\_eja\\_no\\_brasil](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14328/artigo_sobre_hist%C3%93rico_da_eja_no_brasil) Acesso em 31/01/2013 às 15: acessado em: 21 jun 2021.

SANTOS, M. L. L. **Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética.** Passo Fundo: UPF. 2003.

SILVA, LCB. **A falta de afeto gera**

**violência? Caminhos do saber** Rio de Janeiro UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.2004 .

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais.** Revista Presença Pedagógica, v. 2, nº 11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, L. **As Especificidades na Formação do Educador de Jovens e Adultos: Um Estudo sobre Propostas de EJA.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, ago. 2011.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos.** Curitiba: Ibepx, 2007.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luísa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: A Escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996